



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: o trabalho de assistentes sociais

**Entre Muros Acadêmicos e a Realidade Social: desafios e
potencialidades do Serviço Social na UEG/Jussara**

Joel dos Santos Lima¹
Tereza Cristina Pires Favaro²

Resumo: O presente estudo/artigo tem por objetivo analisar a inserção do Serviço Social na Unidade Universitária de Jussara da Universidade Estadual de Goiás, problematizando as expressões da questão social que incidem sobre o acesso e a permanência estudantil na educação superior pública. Objetiva relatar e analisar criticamente a experiência profissional, evidenciando seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos. Adota abordagem qualitativa, ancorada no materialismo histórico-dialético, com análise documental, revisão bibliográfica e sistematização da prática. Conclui que o Serviço Social fortalece estratégias de permanência, amplia o acesso a direitos e contribui para a democratização da universidade.

Palavras-chave: Serviço Social; Ensino Superior; Questão Social; Trabalho Profissional

Abstract: This article analyzes the insertion of Social Work at the University Unit of Jussara, State University of Goiás, discussing the expressions of social issues that affect access to and retention in public higher education. It aims to report and critically analyze the professional experience, highlighting its theoretical-methodological and ethical-political foundations. A qualitative approach grounded in historical-dialectical materialism was adopted, including document analysis, literature review, and systematization of professional practice. The study concludes that Social Work strengthens retention strategies, expands access to rights, and contributes to the democratization of the university.

Keywords: Social Work; Higher Education; Social Issues; Professional Work

¹ Assistente Social na Universidade Estadual de Goiás/ Unidade Universitária de Jussara, especialista em Planejamento e Gestão de Políticas Sociais, joel.lima@ueg.br.

² Assistente Social Professora Doutora da Universidade Federal de Goiás/ Campus Goiás, terezafavaro@ufg.br.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência do Serviço Social na Unidade Universitária (UnU) de Jussara da Universidade Estadual de Goiás (UEG), criado a partir do Edital nº 04, de 21 de julho de 2022. O referido edital instituiu, simultaneamente, a realização de concurso público para o provimento de cargos técnicos administrativos, nos níveis de assistente e analista de gestão governamental, distribuídos em diversas funções. Dentre essas, destaca-se o trabalho do(a) assistente social nos oito câmpus e nas 33 unidades universitárias da instituição³, o qual assume relevância estratégica para o acompanhamento e enfrentamento das expressões da questão social no espaço acadêmico, contribuindo para a efetivação de direitos, o fortalecimento da permanência estudantil e a consolidação do Serviço Social comprometido com o projeto ético-político no âmbito da UEG.

A inserção do assistente social na educação constitui uma reivindicação histórica das entidades organizativas do Serviço Social em defesa do direito à educação, contribuindo para o acesso da população oriunda das classes populares, assim como nas condições necessárias à permanência e à conclusão de um curso de graduação.

Nesse sentido, o artigo situa a experiência na UnU de Jussara como parte de um processo histórico mais amplo de institucionalização do Serviço Social na UEG, construído ao longo da última década. Para tanto, recupera-se como marco inicial o primeiro concurso público para técnicos-administrativos realizado em 19 de dezembro de 2014, conforme Edital UEG nº 004/2014, que resultou na convocação de dois assistentes sociais em 2017 para atuação na administração central, em Anápolis-GO⁴. Tal trajetória evidencia o avanço gradual da profissão no âmbito da instituição e fundamenta a análise e as reflexões acerca do trabalho profissional desenvolvido na atual configuração da UEG, particularmente na Unidade Universitária de Jussara.

Ressalta-se que nesse período, os dois profissionais assumiram a responsabilidade pelo atendimento das demandas institucionais de forma centralizada. As convocações realizadas nos anos de 2023 e 2024⁵, decorrentes do concurso público de 2022, configuram-se como um marco significativo, uma vez que possibilitaram a atuação de assistentes sociais nos câmpus e nas unidades universitárias da UEG. Desse modo, o Serviço Social passa a integrar a Unidade Universitária de Jussara a partir de setembro de 2024, processo que se efetiva com o acolhimento do profissional pelos trabalhadores da unidade, docentes, técnicos-administrativos e trabalhadores terceirizados, fortalecendo a inserção da profissão no cotidiano institucional.

³ Distribuídos em todo o território do estado de Goiás.

⁴ Os profissionais Higo Gabriel Santos Alves (2017 a 2020) e Júlio Cesar Xaveiro dos Santos que se encontra na instituição na supervisão técnica em Serviço Social Portaria nº 630, de 27 de maio de 2024.

⁵ Em novembro de 2023 uma assistente social tomou posse, e no ano de 2024, 12 profissionais foram empossados no mês de maio e 22 no mês de setembro,



2 O SERVIÇO SOCIAL NA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JUSSARA

O município de Jussara, localizado na região noroeste do estado de Goiás, possui trajetória histórica marcada pela ocupação do interior e pela economia agropecuária. Com população de pequeno porte, apresenta relevância regional na oferta de serviços públicos, comércio e educação. Sua dinâmica social expressa desafios e potencialidades típicos dos municípios do interior goiano. A Universidade Estadual de Goiás (UEG)⁶ é a única universidade no município de Jussara a ofertar educação superior pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Com a inserção do Serviço Social na Unidade Universitária de Jussara, tornou-se prioritária, em um primeiro momento, a garantia do cumprimento da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 493, de 21 de agosto de 2006⁷, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do/a assistente social. Tal normativa estabelece, em seu Art. 1º, como condição essencial e obrigatória para a realização de qualquer atendimento aos usuários do Serviço Social, a existência de espaço físico adequado, conforme os parâmetros definidos pela própria Resolução (CFESS, 2006).

Nesse sentido, o Art. 2º da referida Resolução explicita que o local destinado ao atendimento do assistente social deve dispor de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, reafirmando a centralidade das condições materiais de trabalho para a garantia do sigilo profissional, da autonomia técnica e da qualidade do atendimento:

a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (Cfess, 2006, p. 2).

A observância desses parâmetros normativos, especialmente no contexto de implantação recente do Serviço Social na unidade, evidencia desafios institucionais que se intensificam diante da política de ajuste fiscal permanente, de feição neoliberal, deflagrada pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990, cujos efeitos incidem de forma direta sobre o financiamento e a estruturação das políticas públicas, em especial da educação superior. Tais condicionantes repercutem na limitação de recursos materiais, na precarização das condições de trabalho e na restrição da expansão de serviços, exigindo do Serviço Social estratégias de resistência e afirmação do projeto ético-político profissional frente às contradições impostas pela realidade institucional e societária.

Com o espaço físico assegurado conforme os parâmetros éticos e técnicos

⁶ A UEG foi criada em 1999 a partir do processo de expansão e interiorização da educação superior pública no estado de Goiás.

⁷ Atualizada na Resolução CFESS Nº 1.114, de 4 de setembro de 2025.



estabelecidos pela Resolução CFESS nº 493/2006, iniciaram-se ações de inserção do Serviço Social no cotidiano institucional, como visitas às salas de aula, com o objetivo de apresentar o profissional e explicitar suas funções na UEG. Essas iniciativas visaram dar visibilidade à profissão, construir canais de diálogo com a comunidade acadêmica e consolidar o reconhecimento do trabalho do Serviço Social na instituição, especialmente em um espaço no qual não há moradia estudantil nem restaurante universitário, evidenciando a importância do trabalho do assistente social no acompanhamento das demandas estudantis, no processo de efetivação dos programas da Assistência Estudantil por meio do acesso aos recursos de permanência que possibilitem a conclusão da graduação.

A assistência estudantil na UEG se efetiva via bolsificação através da Resolução CsU nº 1.225, de 26 de fevereiro de 2025, que estabelece o Regulamento Geral do Programa Próprio de Bolsas⁸ da UEG que oferta a Bolsa Permanência Discente na Graduação, disponibilizando um recurso financeiro de R\$700,00 para apoio às condições de permanência ao discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possibilitando sua participação e êxito acadêmico no curso de graduação que esteja matriculado. Ressalta-se que a universidade possui a Política de Assuntos Estudantis instituída pela Resolução CsU nº 1.098, de 17 de maio de 2023 que “visa integrar o ensino, a pesquisa e a extensão ao processo de formação do discente, buscando nortear as ações que promovam o fortalecimento dos vínculos institucionais dos discentes com a universidade e a sociedade” (UEG, 2023).

Torna-se nítido que o ingresso no ensino superior constitui uma experiência marcada por ambivalências, situando-se em uma zona limítrofe entre realização pessoal e sofrimento. A entrada na universidade, frequentemente celebrada como conquista individual e superação de barreiras históricas, inaugura também um período de intensas transformações subjetivas e sociais. Conforme assinala Osse (2013, p. 37), “de maneira geral o jovem ingressante na universidade depara-se com várias situações novas, pressões sociais, que favorecem condições próprias para apresentar flutuações de humor e mudanças expressas no comportamento”. Trata-se, portanto, de um momento atravessado por expectativas, inseguranças e reconfigurações identitárias.

Entretanto, a euforia decorrente da aprovação no processo seletivo do vestibular da universidade não se converte, automaticamente, em condições objetivas de permanência. Para estudantes oriundos de famílias das classes populares, o acesso ao ensino superior representa apenas uma etapa de uma trajetória permeada por desigualdades estruturais. A permanência demanda recursos materiais, estabilidade emocional e suporte institucional, elementos nem sempre assegurados pelas políticas educacionais vigentes. Mesmo quando há políticas de assistência estudantil, estas costumam estar condicionadas “à comprovação de carência financeira” (Leite, 2012, p. 468), restringindo-se a critérios que nem sempre contemplam a complexidade das vulnerabilidades vivenciadas pelos estudantes.

Dessa forma, apreensão das expressões da questão social que atravessam a realidade

⁸ O programa próprio de bolsas da universidade tem como base a Lei Estadual nº 17.934, de 27 de dezembro de 2012; na Lei Estadual nº 18.332, de 30 de dezembro de 2013; e na Lei Estadual nº 18.971, de 23 de julho de 2015.



estudantil exige do assistente social uma leitura crítica do contexto, bem como o domínio dos marcos legais que estruturam a política educacional, a instituição e a própria profissão. Nessa perspectiva, compreende-se que a intervenção profissional não pode prescindir do conhecimento aprofundado das normativas que regulam o espaço ocupacional em que se insere, garantindo que as ações de acompanhamento e apoio aos estudantes sejam pautadas pela ética, pelo rigor técnico e pela efetividade na promoção da permanência e do sucesso acadêmico.

Com esse entendimento, empreendeu-se a leitura sistemática das normativas institucionais, sendo leis, resoluções, editais, relatórios, artigos, entre outros documentos enquanto subsídios teóricos e técnicos indispensáveis para a compreensão da Universidade, dos câmpus e da unidade universitária como espaços sócio-institucionais permeados por contradições. Tal iniciativa configura-se como etapa fundamental no desenvolvimento do trabalho profissional no cotidiano institucional, ao possibilitar uma leitura crítica da realidade, orientar a intervenção do Serviço Social e fortalecer uma atuação alinhada ao projeto ético-político da profissão, assegurando que o acompanhamento estudantil não se restrinja a procedimentos formais, mas se constitua como uma prática reflexiva, contextualizada e comprometida com a permanência e a conclusão da graduação, tendo como horizonte a efetivação do direito à educação, conforme as garantias constitucionais.

À luz do materialismo histórico dialético, destaca ainda, que esse aprofundamento teórico foi ampliado para as produções acadêmicos-científicas e subsídios teóricos-técnicos construídos pelo conjunto Conselho Federal e Regionais de Serviço Social (Cfess-Cress), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), entidades representativas do Serviço Social no Brasil.

No que refere-se a profissão o Cfess produziu documentos para contribuir com o trabalho de assistentes sociais na educação superior brasileira, destaca o documento “subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação” que faz parte da série “Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais” evidenciando as competências e atribuições privativas, e ainda, a capacidade de

apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; - análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; - compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; - identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado [...] (Cfess, 2014, p. 26).

O trabalho profissional desenvolvido na Unidade compreendeu a realização de visitas às salas de aula, reuniões com a Coordenação da Unidade e com o curso de Pedagogia, além de diálogos sistemáticos com trabalhadores docentes, técnicos-administrativos e terceirizados.



Essas ações mostraram-se fundamentais para o reconhecimento da dinâmica institucional, das demandas emergentes e das expressões da questão social que atravessam o cotidiano acadêmico.

Para além das atividades desenvolvidas no âmbito da Unidade, houve participação em espaços institucionais e profissionais estratégicos da Universidade e da categoria profissional, voltados à articulação acadêmica, ao fortalecimento do trabalho do Serviço Social e à construção coletiva de estratégias frente aos desafios presentes nos diferentes câmpus e unidades da UEG. A inserção nesses espaços expressa o compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social, na medida em que potencializa a socialização de experiências, a leitura crítica das condições socioeconômicas e culturais do perfil discente e a construção de respostas coletivas às expressões da questão social no contexto universitário. Tais iniciativas contribuem para a formulação de encaminhamentos orientados à qualificação da gestão universitária e da política de assistência estudantil, reafirmando o caráter coletivo, político e propositivo da intervenção profissional, em consonância com a defesa dos direitos sociais e com a garantia do direito à educação.

Entre os encaminhamentos definidos para o desenvolvimento do trabalho profissional, destacou-se a necessidade de conhecer de forma sistemática a realidade socioeconômica e cultural das(os) discentes do Câmpus e das Unidades, por meio da elaboração e aplicação de formulário/questionário. Tal iniciativa articula-se à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, na medida em que constitui instrumento fundamental para a aproximação da realidade de vida das(os) estudantes e para a apreensão das expressões da questão social e de como estas se materializam no cotidiano acadêmico, subsidiando o planejamento, a execução e a avaliação das ações profissionais. Tal proposta inspira-se em experiências consolidadas, como a pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), conduzida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), reafirmando o compromisso do Serviço Social com intervenções qualificadas, baseadas no conhecimento da realidade social, e orientadas pela defesa do direito à educação e pela efetivação da política de assistência estudantil

A Realização do mapeamento e análise desses dados, assim como uma análise crítico-reflexiva do trabalho realizado, permitindo o levantamento de demandas e, a partir daí, a construção de novas propostas de trabalho, reforçando a relevância do trabalho do Serviço Social na Educação Superior que, apesar dos limites, também se depara com várias possibilidades de intervenção profissional com vistas à inclusão social (Paura, 2020, p. 148).

Referente ao acompanhamento de discentes, evidencia-se a necessidade da aproximação com o Serviço Social, que requer estratégias educativas e pedagógicas para que a comunidade acadêmica “conheça e valorize esta profissão”⁹, assim sejam orientados/as sobre direitos sociais e como acessá-los. Sendo que o trabalho profissional,

⁹ O Cfess lança o mote de comemoração do dia do/a assistente social em 2020, intitulado "Trabalhamos em vários espaços, sempre com a população". Serviço Social: conheça e valorize essa profissão".



[...] não deve ser conduzida, desvinculada das dimensões ética, política e teórica, ou seja, circunscrita apenas à dimensão técnica, independentemente do estabelecimento educacional em que ocorra, seja ele público ou privado. As ações de execução, orientação, acompanhamento, investigação e socialização, entre outras, e não apenas aquelas que se efetivam a partir de abordagens grupais com a discussão de temas e assuntos relativos às condições de vida, trabalho e educação da população atendida, incidem também sobre a qualidade da educação (Cfess, 2014, p. 45).

O diálogo crítico estabelecido nesses espaços, nos acompanhamentos sociais individuais e em grupo realizados às estudantes, na participação na Comissão de Seleção Interna de Bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na coordenação do simpósio temático II intitulado Educação, Prática Docente, Ensino e Língua no III encontro de Educação Histórica e Diversidade da UnU Jussara evidenciaram as fragilidades da educação básica, os desafios na mudança de currículo e de atividades, a dificuldade de atender as exigências de conhecimentos que não fazem parte da realidade de um número significativo de estudantes. Esse descompasso revela limites das políticas educacionais historicamente produzidas em reconhecer e enfrentar as desigualdades que atravessam a formação dos estudantes, impactando diretamente o acesso, a permanência e o desempenho acadêmico.

Nessa realidade de múltiplas expressões das desigualdades sociais que atravessam o cotidiano universitário, o trabalho profissional tem sido conduzido a partir de uma perspectiva ético-política comprometida com a garantia de direitos, por meio do acolhimento, da entrevista social, da escuta ética para apreensão dos desafios e dificuldades, da identificação de violências e violações de direitos, o acompanhamento social para estudo da realidade social discente. Reafirmado em Sarmiento, a abordagem

[...] é um contato intencional de aproximação, através do qual criamos um espaço para o diálogo, para a troca de informações e/ou experiências para a tomada de conhecimento de um conjunto de particularidades necessárias a ação profissional e, ainda, para o estabelecimento de novas relações [...] permite a criação de um espaço para conhecimento (e intervenção) desencadeando um processo de ação-reflexão (crítica) com a realidade e entre os sujeitos envolvidos (Sarmiento, 1994, p. 281-282).

As sucessivas aproximações da realidade possibilitaram apreender que um número significativo de jovens vivenciam os dilemas da transição da vida escolar para a universitária, projetando no horizonte acadêmico expectativas de autonomia e conquista de liberdade, as quais exigem processos de adaptação a uma nova realidade marcada por vivências inéditas e pela construção de vínculos sustentados na solidariedade e em afinidades constituídas a partir de interesses comuns.

É no âmbito da sociabilidade na comunidade acadêmica que emergem diversos conflitos, e o Serviço Social é convocado a contribuir por meio de espaços de diálogos de forma educativa e pedagógica, que vai de encontro de iniciativa punitivista das decisões que interferem na dinâmica acadêmica-comunitária-familiar, na convivência universitária e afetando a saúde estudantil.



O adoecimento do estudante é um processo complexo com vários fatores que interferem, geralmente não há uma única causa. O processo de adaptação à Universidade, relacionamento familiar e interpessoal, o processo de ensino aprendido situações de violência física e psicológica são fatores que potencializam o adoecimento. A saúde do estudante precisa ser pensada a partir de múltiplos fatores, não pode ser observada apenas um ponto isolado (Souza, 2021, p. 50).

Nesse sentido, a saúde mental de estudantes e de trabalhadores da Unidade perpassa o cotidiano universitário, uma vez que se encontra atravessada por preconceitos e violências (re)produzidos nas relações de sociabilidade familiar, comunitária e institucional, bem como por violações de direitos e pela desproteção social promovida pelo Estado.

Ao se referir à desproteção social, faz-se referência às contrarreformas de orientação neoliberal que vêm promovendo o desmantelamento das políticas que compõem a Seguridade Social — Assistência Social, Previdência Social e Saúde¹⁰. Tais políticas são reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 como expressão da proteção social, entendida como segurança social, devendo assegurar a garantia de direitos e condições de vida dignas à população brasileira por meio das políticas sociais públicas (Alcântara; Duarte, 2019, p. 262).

Sobre proteção social humana Alcântara e Duarte (2019, p. 263) evidencia que “não é consequência apenas da habilidade individual de conseguir superar as próprias dificuldades e de garantir a sua sobrevivência”, complementando por Torres (2016, p. 20) que reafirma se tratar “de um conjunto de relações e acessos aos bens coletivos que constroem a superação da desproteção por meio de múltiplas formas”.

Na educação superior pública, as transformações recentes têm evidenciado tensões estruturais entre a ampliação do acesso e a garantia das condições necessárias à permanência estudantil. A ofensiva neoliberal, ancorada no ajuste fiscal permanente, tem aprofundado a mercadorização da educação pública, tensionando seu caráter de direito social e ampliando as desigualdades no acesso e na permanência na educação superior. Embora se observem avanços na ampliação do ingresso, persiste um descompasso estrutural entre o acesso e as condições materiais de permanência, decorrente do subfinanciamento das políticas educacionais e da assistência estudantil. Esse cenário compromete a trajetória acadêmica de estudantes oriundos das classes trabalhadoras e desafia a universidade pública a reafirmar seu compromisso com a democratização do ensino.

Nesse sentido, os atendimentos, acompanhamentos, orientações sociais ou socialização de informações realizadas a estudantes e trabalhadores encontram vinculadas as políticas de saúde, seja pessoal ou familiar, da assistência social na criação ou atualização do Cadastro Único (CadÚnico) para acesso/continuidade aos programas do Governo Estadual e/ou Federal, da previdência social para acesso a aposentadoria, benefícios assistenciais e por incapacidade.

No que se refere a acesso a direitos, a educação é um direito fundamental previsto no

¹⁰ Contrarreforma trabalhista e da previdência, da aprovação da PEC do teto dos gastos em 2016, atualizada para arcabouço fiscal em 2024.



artigo 6º da Constituição, e para ingressar em uma Instituição de Ensino Superior (IES) é preciso realizar o processo seletivo, na UEG as formas de ingresso são por meio do Vestibular, da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Programa Minha Vaga. A estratégia utilizada pela UnU Jussara é a divulgação do edital nas escolas estaduais da rede de ensino do município, específico para as turmas do terceiro ano do ensino médio. As visitas foram realizadas em Jussara, Fazenda Nova, Bacilândia, Novo Brasil, Britânia, Santa Fé, Itapirapuã, Montes Claros de Goiás, Matrinchã e no distrito de Lua Nova.

Nessa divulgação, com a participação do Serviço Social, possibilitou a democratização de informações sobre as formas de acesso e ações desenvolvidas que possibilitem condições para continuidade no curso até a sua conclusão. Além da divulgação do vestibular, as visitas nas escolas, possibilitaram realizar a leitura crítica da realidade para compreensão da dinâmica dos municípios, do perfil das e dos estudantes secundaristas, do território enquanto espaço de relações sociais, não em sua totalidade diante da necessidade do aprofundamento teórico-crítico-reflexivo por meio dos estudos e pesquisas.

A compreensão de território, não se limita apenas a extensão territorial, enquanto definição de lugar, para Hening

Em outras palavras, está ligado às dinâmicas socioespaciais construídas e marcada pelas relações sociais e pela noção de pertencimento, ainda que possa ser uma referência para a ação do Estado com regulamentação de políticas públicas específicas, objetivando-se a sanar mazelas sociais como o caso da pobreza, desigualdade, saúde, educação, desemprego, violência, etc (Hening, 2023, p. 24).

Salienta-se que nos encontramos no século 21, com avanços significativos na ampliação dos direitos sociais, historicamente conquistados por meio de lutas coletivas, mudanças que transformam o cotidiano da população por esse território encontrar-se em “constante processo de modificação através de movimentos históricos, sociais e políticos” conforme Jardim *et al* (2013, p. 11).

Essas mudanças também modificam a estrutura da Universidade na direção de relacionado a diversidade, cidadania e direitos¹¹, discussões que abrangem raça, gênero, classe, liberdade de expressão sexual e religiosa, afirmada enquanto projeto de Universidade, construindo uma identidade institucional. E se tratando de identidade, evidencio um dos princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da UEG, descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023/2028:

Promoção e defesa incondicional dos direitos humanos preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e dos direitos previstos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em todas as suas ações didático-pedagógicas (UEG, 2023, p. 45).

O Código de Ética do/da Assistente Social de 1993, apresenta onze princípios fundamentais, entre eles destaca a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na

¹¹ De acordo com a reforma curricular realizada em 2015, a disciplina Diversidade, Cidadania e Direitos tornou-se disciplina obrigatória nas matrizes curriculares dos cursos.



eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade; projeto profissional vinculado a construção de uma sociedade, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero e outros.

Substanciado nos princípios mencionados, analisar o território requer a capacidade de leitura crítica do movimento histórico da realidade, exige da/o assistente social “[...] habilidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos” (Iamamoto, 2015, p. 20).

Deste modo, o trabalho profissional para além da luta e defesa para efetivação de direitos, perpassa a dimensão educativa por meio da construção de estratégias criativas para superação da reprodução de discursos (enviesados) neoliberais – senso comum, naturalizados na subjetividade de um número significativo de sujeitos/as da comunidade acadêmica e sociedade – em seus discursos e posicionamentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Serviço Social na Unidade Universitária de Jussara da Universidade Estadual de Goiás evidencia que a inserção profissional na educação superior pública ultrapassa a dimensão técnico-administrativa, configurando-se como intervenção crítica diante das expressões contemporâneas da questão social. A presença do assistente social na Unidade reafirma o compromisso com o projeto ético-político da profissão, especialmente no que se refere à defesa intransigente dos direitos humanos e à garantia do direito à educação.

A análise realizada demonstra que o acesso ao ensino superior, embora ampliado nas últimas décadas, não assegura, por si só, condições objetivas de permanência em um curso de graduação até a conclusão. As desigualdades socioeconômicas, o subfinanciamento das políticas públicas e os impactos das reformas de orientação neoliberal tensionam cotidianamente a trajetória acadêmica de estudantes oriundos das classes trabalhadoras. Nesse cenário, o Serviço Social assume papel estratégico ao articular a política de assistência estudantil, a rede socioassistencial e os demais serviços públicos, contribuindo para a construção de respostas institucionais que considerem a totalidade da realidade social.

A sistematização da prática evidencia que o trabalho profissional, fundamentado no materialismo histórico-dialético, possibilita a leitura crítica do território, das normativas institucionais e das demandas estudantis, qualificando intervenções que integram as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. As ações desenvolvidas de acolhimentos, entrevistas sociais, orientações, encaminhamentos, participação em comissões e atividades formativas revelam que a atuação profissional incide não apenas sobre demandas individuais, mas também sobre processos coletivos que atravessam a dinâmica universitária.

Conclui-se que a consolidação do Serviço Social na Unidade Universitária de Jussara representa avanço institucional significativo, ainda que permeado por limites estruturais. Para



os próximos anos, destaca-se a necessidade de aprofundar o conhecimento do perfil discente, fortalecer instrumentos de planejamento e registro profissional, ampliar a articulação intersetorial e contribuir para o aprimoramento da política de assistência estudantil. Assim, reafirma-se o Serviço Social como mediação fundamental na efetivação do direito à educação e na construção de uma universidade pública socialmente referenciada, democrática e comprometida com a superação das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Luiza Maria Escardovelli; DUARTE, Fabiana Giannetti. Manifestações das desproteções sociais: relações entre o neoliberalismo e a (des) proteção social. O Social em Questão. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_12.pdf. Acesso em: 3 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Resolução nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006 EMENTA: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. 2014.

HENIG, Edir Vilmar. Governança do território: reflexões sobre as políticas públicas brasileiras. in BELLO, Marília G. Dal; GODOI, Sueli; BERNARDINO, Virgílio M. P. (Orgs.). Território e Gestão de Políticas Públicas: Contribuições ao Debate. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/territorio-e-gestao-de-politicas-publicas-contribuicoes-ao-debate>. Acesso em: 13 fev. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JARDIM DA SILVA, J. L.; *et al* . Serviço Social, Território e Questão Social: uma revisão teórica-metodológica. Revista de Casos e Consultoria, V. 13, N. 1, e131 30418, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/30418/16234>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? Ser Social, Brasília, DF, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13024. Acesso em: 12 fev. 2026.

OSSE, Cleuser Maria Campos. Saúde Mental de Universitários e Serviços de Assistência Estudantil: Estudo Multiaxial em uma Universidade Brasileira. 2013, 259 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade De Brasília (PCL/UnB). Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14733/1/2013_CleuserMariaCamposOsse.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

PAURA, Simone Giglio. O Serviço Social na educação superior. in PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). Serviço Social e Educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_63084655ae4a4e4a8ed8c7f8cc77ab61.pdf. Acesso em: 9 fev. 2026.



SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1994.

SOUZA, Andreza Cândida. Saudavelmente: Uma Experiência de Saúde Mental aos estudantes no contexto da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Goiás. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2021.

Torres, Abigail Silvestre. Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/17662> . Acesso em: 12 fev. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2023 - 2028. Disponível em: https://www.ueg.br/noticia/63711_ueg_publica_o_plano_de_desenvolvimento_institucional_2023_2028. Acesso em: 9 fev. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Resolução CsU N. 1.098, de 17 de maio de 2023. Institui a Política de Assuntos Estudantis da Universidade Estadual de Goiás e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ueg.br/legislacao/referencia/12569>. Acesso em: 23 fev. 2026.